

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 09ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR
Rua Coronel Joao Gualberto, 330, Centro, União da Vitoria - Paraná - CEP: 84600-210.
Telefone: (42)3903-3851– vdt01uva@trt9.jus.br

EDITAL DE PRAÇA, LEILÃO E INTIMAÇÃO

O(A) Excelentíssimo(a) Sr.(a) Dr.(a) Juiz(a) do Trabalho da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, FAZ SABER, a todos os interessados, que será realizado LEILÃO POR MEIO ELETRÔNICO pelo Leiloeiro Oficial Elton Luiz Simon - Jucepar 09/023-L, no site <https://www.simonleiloes.com.br>, para alienação do(s) bem(ns) abaixo descrito(s), a ser realizado no dia **31/07/2026 (1º Leilão)**, a partir das **13:30 horas**, (por valor superior ao da avaliação), e, caso seja negativo o primeiro leilão, desde logo fica designado o segundo leilão para o dia **12/08/2026 (2º Leilão)**, a partir das **13:30 horas**, ocasião em que a arrematação do(s) bem(ns) poderá ocorrer a partir de 50% (cinquenta por cento) o valor da avaliação.
Local do leilão: Site do Leiloeiro - www.simonleiloes.com.br.

Autos: 0115500-36.1998.5.09.0026

Autor: OSMAR ROMUALDO DOS SANTOS, MARCIO ANTONIO SILVA, VILMAR RIGOTTI, GILBERTO PADILHA.

Réu(s): MADEIREIRA IRMAOS GRAEFF LTDA; VALMOR GRAEFF e ELIZEO GRAEFF.

BEM(NS): **** SOMENTE DOIS SEXTOS DE 50%***** de um lote de terreno urbano sob nº28, da quadra nº20, situado no loteamento Vila Santa Izabel, no Distrito de São Cristóvão, no quadro urbano da cidade de União da Vitória/PR, com a área total de 396,00m², com as demais medidas e confrontações previstas na matrícula. Matrícula nº 5.087 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de União da Vitória/PR. BENFEITORIAS: Não foi possível adentrar ao imóvel, mas aparentemente há uma casa de madeira e uma edícula aos fundos. Não foi possível constatar o total de área construída.

AVALIAÇÃO: R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais), em 24/06/2025. A avaliação da parte ideal penhorada importa R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais), preservando-se, assim, as quotas partes do cônjuge Darci Graeff e dos demais herdeiros (filhos: Adilson, Edgar, Ivanilde e Cerilene).

ÔNUS: Consta na matrícula no R3- Penhora autos 0115500-36.1998.5.09.0026.

DEPOSITÁRIO: Elton Luiz Simon.

Autos: 0001038-31.2019.5.09.0026

Autor: UNIÃO FEDERAL (PGFN)

Réu(s): PROCOPIAK COMPENSADOS E EMBALAGENS AS

BEM(NS): Um terreno lote n.º 2, com a área de 531.535m² (quinhentos e trinta e um mil e quinhentos e trinta e cinco metros quadrados), sito em Putinga, no município de São Mateus do Sul/PR, dentro dos limites e confrontações constantes na Matrícula n.º 4.615, do Ofício de Registro de Imóveis de São Mateus do Sul/PR. Trata-se de imóvel localizado em zona rural, com acesso por vias públicas, apresentando características típicas da localidade. A área é contínua, com topografia predominantemente ondulada, apresentando vasta cobertura vegetal, compatível com imóveis da mesma natureza, localizados naquela Municipalidade. Não foram constatadas benfeitorias de elevado padrão que alterem substancialmente o valor médio da

terra nua. Trata-se de imóvel constituído por vasta área, cuja extensão territorial não permite a delimitação precisa de seus limites iniciais e finais, inexistindo, no momento, elementos técnicos suficientes para tal definição. A exata identificação perimetral da área demandaria, portanto, a atuação de profissional técnico habilitado, notadamente topógrafo, a fim de proceder ao levantamento adequado e à correta individualização do imóvel.

AVALIAÇÃO: R\$ 1.327.500,00 (Um milhão, trezentos e vinte e sete mil e quinhentos reais) em 16/01/2026.

ÔNUS: Consta na Matrícula nº 4.615 do Ofício de Registro de Imóveis de São Mateus do Sul/PR: R-02: PENHORA extraída dos autos nº 0001038-31.2019.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é exequente UNIÃO FEDERAL (PGFN); R-03: PENHORA extraída dos autos nº 0000428-63.2019.5.09.0026 da Vara do Trabalho de União da Vitória/PR, em que é exequente JOÃO OILSON NEVES e outros.

DEPOSITÁRIO: ELTON LUIZ SIMON.

Caso as partes, eventuais credores hipotecários, proprietários, coproprietários, usufrutuários, constantes no registro de imóveis, não sejam encontradas ou científicas, por qualquer razão, da data da Praça quando da expedição da intimação respectiva, valerá o presente como edital de intimação de leilão.

A contagem do prazo para eventuais recursos quanto à expropriação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data designada para o leilão, independentemente de nova intimação. O executado somente poderá efetuar a remição da execução até o momento que anteceder o início da realização do leilão

Os arrematantes/adjudicantes concorrerão com as despesas de publicação do edital, além das despesas de remoção e armazenagem do depositário (quando houver).

Admitir-se-á a aquisição dos bens de forma parcelada, mediante o pagamento de sinal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance no ato e o saldo em prestações mensais e consecutivas, vincendas a cada 30 (trinta) dias ou no primeiro dia útil subsequente, a contar da data da hasta pública. Os valores das prestações vincendas deverão ser depositados à disposição desta Vara do Trabalho nas datas dos respectivos vencimentos, com a devida atualização pelo IPCA-E, a ser calculado pela Vara. Caso não seja efetuado o pagamento das parcelas, o arrematante perderá todos os depósitos efetuados em favor da execução, inclusive o sinal, tudo conforme PROVIMENTO CORREG nº 01/2005. O juízo somente autorizará a entrega do(s) bem(ns) móvel(is) arrematado(s) mediante pagamento integral do lance, ficando a critério do juiz outras garantias, inclusive a real ou a fidejussória.

Os bens serão leiloados no estado em que se encontram e para os imóveis a venda será ad corpus, devendo o interessado certificar-se de suas condições antes de ofertar seu lance. O arrematante assume a responsabilidade por eventual regularização que se fizer necessária. Deverá também certificar-se previamente das restrições impostas pelas legislações municipal, estadual e federal aos imóveis, no tocante ao uso do solo ou zoneamento, passivo ambiental, e, ainda, das obrigações decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, as quais estará obrigado a respeitar em decorrência da arrematação dos imóveis. Fica o exequente ciente de que poderá participar da hasta, na qualidade de arrematante, pessoalmente ou através de seu procurador com poderes específicos, devendo ser apresentado no ato o instrumento de mandato. O lance oferecido pelo exequente prefere ao lance igual a de outro licitante, desde que ocorra o pagamento imediato da comissão do Leiloeiro.

A arrematação será considerada perfeita, acabada e irrevogável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, observadas as disposições do art. 903 do CPC. A

assinatura do juiz na decisão que defere a alienação supre a ausência de assinatura no auto de arrematação. O auto de arrematação assinado pelo Juiz, ou a equivalente decisão que defere a arrematação, será juntado aos autos até, no máximo, no primeiro dia útil seguinte ao término do leilão e o prazo de 10 (dez) dias para impugnação de que trata o art. 903, § 2º, do CPC fluirá a partir do segundo dia útil (inclusive) seguinte ao término do leilão independentemente de intimação (arts. 267 a 271 do Provimento Geral da Corregedoria Regional – TRT9).

O pagamento dos impostos incidentes sobre o bem arrematado anteriores a arrematação NÃO serão de responsabilidade do arrematante em conformidade com o contido no art. 130 § único do CTN. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante.

Todavia, serão de responsabilidade do arrematante os tributos provenientes da transmissão intervivos da propriedade imóvel (artigo 35, I, do CTN), cujo pagamento deverá ser comprovado perante o Oficial do Registro quando da apresentação da Carta para transmissão. O pagamento de eventuais débitos condominiais será de responsabilidade do arrematante. Correrão por conta do arrematante/adjudicante ou remetente as despesas de publicação do edital e os custos relativos à desmontagem, remoção, armazenagem, transporte e transferência patrimonial dos bens, se houver.

Fixa-se o percentual de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação a título de honorários do leiloeiro, aí incluídas as despesas relacionadas ao ato, inclusive divulgação, os quais serão suportados pelo arrematante, daí excepcionada a hipótese de ADJUDICAÇÃO, na qual o honorários serão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação, a cargo do respectivo interessado.

Nas hipóteses de PAGAMENTO ou ACORDO o leilão somente será suspenso mediante a comprovação tempestiva do pagamento de todos os valores devidos na execução, inclusive despesas processuais, emolumentos e honorários do Sr. Leiloeiro, na forma do artigo 826 do NCPC.

Autoriza-se o acesso do leiloeiro ao(s) bem(ns) penhorado(s) para as verificações de praxe, na companhia de eventuais interessados na sua aquisição.

Na modalidade eletrônica serão aceitos lances antecipados desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. O leilão terá início no dia e hora designada e os bens serão apregoados um a um, conforme ordem dos bens cadastrados no site do leiloeiro. Ao apregoar cada bem, a contagem regressiva será iniciada, e a cada novo lance o cronômetro será prorrogado por pelo menos 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances, correndo por conta e risco do licitante a decisão de ofertar lance nos segundos finais em razão de possível instabilidade do sistema/internet.

O juízo responsável pela designação da hasta pública ou o leiloeiro público oficial não serão responsabilizados por qualquer dano, prejuízo ou perda no equipamento do usuário causados por falhas no sistema, no servidor ou na internet.

O interessado em ofertar lances de forma eletrônica deverá efetuar cadastro prévio junto ao site do leiloeiro e solicitar habilitação, sendo o cadastro requisito indispensável para participação na alienação judicial eletrônica, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento. Os lançadores on-line estarão vinculados às mesmas normas processuais e procedimentais destinadas aos lançadores de leilões presenciais, inclusive quanto à responsabilidade civil e criminal. Caso reste negativo o leilão, fica desde já autorizado o leiloeiro, transcorridos dez (10) dias da realização da hasta, a promover a venda direta dos bens penhorados nos presentes autos, pelo prazo de noventa (90) dias, na forma da lei. As partes deverão se manifestar quanto à venda direta no prazo de 05 (cinco) dias após o resultado da hasta pública, sob pena de preclusão.

O presente será publicado em jornal e afixado no lugar de costume no átrio deste Juízo.
União da Vitória/PR, 24 de junho de 2026.

Juiz Titular da Vara do Trabalho